

Extrativismo Mineiro, Estado e Governos na Bolívia e Equador

Jórisa Danilla Nascimento Aguiar
Universidade Federal de Campina Grande

Soraia de Carvalho
Universidade Federal de Campina Grande

Resumo. Temos como objeto de pesquisa a problematização das relações entre Estado, governos e movimentos sociais frente ao extrativismo mineiro como uma política de Estado na Bolívia e no Equador, apresentando como marco histórico os governos de Evo Morales e de Rafael Correa, que se autodenominam plurinacionais. Pretendemos aprofundar a análise dos traços essenciais da política econômico-produtiva desses governos, debatendo acerca de suas contradições e limites, trabalhando a hipótese de que o Movimento ao Socialismo (MAS) e a *Alianza País* têm desenvolvido uma variante da política burguesa, que se apoia em reivindicações democráticas e populares, modifica as relações entre as classes e frações de classe no bloco no poder, incorpora reivindicações indígenas, porém não rompe com o domínio do capital financeiro e com o modelo extrativista.

Palavras-chave: extrativismo mineiro; governos; Bolívia; Equador.

Mining Extraction, State and Governments in Bolivia and Ecuador

Abstract. This article aims to problematize the relations among state, governments and social movements, regarding mining extraction as state policies in Bolivia and Ecuador, in the context of Evo Morales' and Rafael Correa's governments. It intends to analyze the essential features of economic and productive policies of these governments, debating about their contradictions and limitations. The main hypothesis is that the Movement for Socialism (MAS) and *Alianza País* have been developing a type of bourgeois politics, relied on democratic and popular demands, modifying the relationship between classes and class fractions empowered, incorporating indigenous claims, despite it does not break with the financial capital's domination and with the extractive model.

Key-words: mining extraction; governments; Bolivia; Ecuador.

1 Introdução

Problematizaremos, neste artigo, as relações entre Estado, governos e movimentos sociais frente ao extrativismo¹ mineiro como uma política de Estado na Bolívia e no Equador, apresentando como marco histórico o governo de Evo Morales e de Rafael Correa, que se autodenominam plurinacionais. Pretendemos aprofundar a análise dos traços essenciais da política econômico-produtiva desses governos, debatendo suas contradições e limites, trabalhando a hipótese de que o Movimento ao Socialismo (MAS), partido de Evo Morales, e a *Alianza País* têm desenvolvido uma variante da política burguesa, que se apoia em reivindicações democráticas e populares, modifica as relações entre as classes e frações de classe no bloco no poder, incorpora reivindicações indígenas, porém não rompe com o domínio do capital financeiro e com o modelo extrativista.

Entre os objetivos, propomos uma análise desse modelo de desenvolvimento baseado na extração dos recursos naturais, tendo nos minerais/metais uma grande representatividade e ascensão mundial. Pouco se tem discutido sobre a presença das mineradoras transnacionais na América Latina, mesmo que estejamos em um momento em que o “desenvolvimentismo primarizado”

¹ Utilizamos a definição de Maristella Svampa sobre o extrativismo (apud Alcoreza, 2012). O extrativismo é um padrão de acumulação baseado na superexploração de recursos naturais, principalmente os não renováveis e expansão de fronteiras a territórios considerados improdutivos. Além de abarcar atividades de extração de minérios e petróleo, também inclui ações do agronegócio (produção de biocombustíveis), que consolidam o modelo monoprodutor. Os projetos de infraestrutura, como os da IIRSA, em transporte, energia e comunicações também são incluídos nesta definição por corresponderem ao objetivo de facilitar a extração e exportação dos produtos.

reaparece. Partimos do pressuposto de que a expansão do modelo mineiro-extrativista acontece desde os tempos da colonização, marcando fortemente a economia latino-americana.

Aldo Durán Gil (2008) caracteriza o bloco no poder que ascende com a eleição de Evo Morales, na Bolívia, como neodesenvolvimentista que, contudo, continua favorável ao capital estrangeiro, principalmente em longo prazo. O conceito poulantziano de bloco no poder será utilizado para a análise crítica desse governo por nos permitir entender que existe uma pluralidade de frações de classe hegemônicas por uma fração destas no bloco no poder, sem que haja ruptura na unidade do conjunto das classes dominantes e que, mesmo com diferentes interesses relativamente permanentes, se homogeneízam para garantir a dominação política no Estado. Procuraremos destacar o que diz a legislação dos países em estudo em relação ao extrativismo mineiro e aos atuais acordos governistas com as transnacionais, validados pelas novas Constituições vigentes desde os anos de 2008 e 2009, no Equador e na Bolívia, respectivamente, bem como os seguintes conflitos entre os movimentos sociais – compreendendo decisivamente o movimento indígena – e esses governos. São conflitos que se devem ao crescimento da temática dos recursos naturais e da expansão de projetos que visam facilitar a extração e/ou transporte de matérias primas, muitos deles já em andamento em alguns países do sul. O tema dos recursos naturais tem estado presente também nas demandas dos movimentos indígenas nas últimas décadas, quando estes se apoderam de sua identidade étnica em um determinado território, assim como sua posição de classe, aprofundando e ampliando sua percepção e luta política, conforme nos indica Xavier Albó (2009).

Nossas conclusões pretendem ser mais gerais e abrangentes, discorrendo que vivemos um período de reprimarização da economia latino-americana. Assim, podemos pensar a região andina e discutir a hipótese de que não houve uma real libertação do modelo clássico extrativista, que delega a estes povos uma devastação social e ambiental e os submete a uma dependência econômica como países exportadores de matérias primas.

Procuraremos, pois, demonstrar que a estreita relação entre os governos e as transnacionais tem incitado os conflitos entre os movimentos sociais (compreendendo o movimento indígena) e os mesmos governos, fazendo com que se viva um momento de críticas para com seus líderes.

O modelo nacional produtivo que a Bolívia segue pretende transformá-la numa “potência minera”, conforme expressa o vice-presidente García Linera em vários discursos, através de um grande salto industrial pautado no extrativismo. Já no Equador, os mega projetos de mineração atuam como atividade estratégica para o modelo econômico do país, que busca garantir o programa governamental de obras públicas e investimentos sociais, ou seja, uma oportunidade de financiamento do “sonho equatoriano”. Tratam-se de países ricos em recursos naturais esgotáveis, de baixa industrialização onde ainda persiste o favorecimento de grandes grupos econômicos, respondendo às necessidades de matérias primas e recursos diversos para uma fração burguesa privilegiada, fato que definiria a estrutura econômica de mineração na Bolívia e no Equador, de acordo com o estudo (ainda em andamento) aqui proposto.

Destacamos, em nossas conclusões, a necessidade de recuperar a soberania sobre os recursos naturais, uma reivindicação democrática vinculada à luta anti-imperialista que não encontra nenhuma fração burguesa disposta a lutar por ela, devido aos vínculos congênitos com o colonialismo e, posteriormente, com as potências imperialistas.

2 Extrativismo Mineiro e a América Latina

A atividade mineira na América Latina tem sido permanente desde a colônia. Potosí, na Bolívia, aparece como um símbolo de extração e depredação ambiental no subcontinente, famosa pela retirada em grande escala da prata, que contribuiu decisivamente com o desenvolvimento europeu (Donghi, 1975; Galeano, 1977; Svampa e Antonelli, 2009). Não foi por acaso que neste país, ainda na década de 1940 com a República e a era do estanho, vivia um dos cinco homens mais ricos do

mundo, o barão Simon Patiño², com negócios já coligados a capitais internacionais. A atividade mineira nos países andinos em estudo segue um modelo de exploração que foi imposto e é mantido até os dias de hoje. Modificou-se o tipo de metal exportado, assim como as tecnologias utilizadas para isso, mas a exportação de matéria prima bruta em grande escala para satisfazer as necessidades das empresas internacionais – não suprindo primeiro a economia local – continua existindo.

No mundo moderno, as mudanças trazidas pelas transnacionais estão relacionadas às novas tecnologias utilizadas para a extração dos metais. Contudo, lamentavelmente os danos ambientais estão aumentando com a mineração a céu aberto. Esta técnica consiste na remoção de imensas quantidades de rocha e na utilização de milhões de litros de água junto a toneladas de químicos tóxicos para que o metal buscado se aproxime da superfície, sendo aplicado em uma região onde os metais estão presentes de forma disseminada e existem mínimas quantidades de metal por tonelada de rocha. A contaminação dos solos se dá por meio das águas, que, por sua vez, já estão contaminadas com as “águas ácidas”, que vêm modificando as paisagens naturais dos Andes.

Formam-se nas comunidades e arredores grandes desertos com os desmontes de terras e escavações quilométricas e com as práticas de lixiviação³. A mineração a céu aberto remove a camada superficial da terra, utilizando consideráveis quantidades de explosivos com os quais se desprendem o material rochoso e transformam a estrutura paisagística em poucas horas (CEDIB, 2014; Svampa e Antonelli, 2009). Posteriormente, este material é trasladado para que se realize o tratamento e a busca por metais. A destruição de terras agrícolas, o desmantelamento de ecossistemas que já eram frágeis, bem como a precarização do abastecimento de água para as comunidades são inerentes a essas práticas de extração.

É preciso atentar para o alastramento da erosão que vem se disseminando nos centros mineiros latino-americanos, com a destruição das florestas e o desaparecimento dos animais como ações primeiras. A mineração aparece, por conseguinte, como a principal fonte de contaminação ambiental, uma prática que é legitimada na legislação de Estados que se autodenominam “Plurinacionais” e protetores da “mãe-terra”, como a Bolívia e o Equador. Nos países citados – assim como em outros do subcontinente – os projetos de megamineração (tendo como grande exemplo a mineração a céu aberto) assumem a forma de uma política de Estado (Svampa e Antonelli, 2009).

Num panorama traçado em 2010 (CEDIB, 2014), nos três anos anteriores, as companhias estrangeiras levaram verdadeiras fortunas da Bolívia favorecidas também pela alta no preço dos minerais. O governo hoje estimula o crescimento das empresas mistas e os contratos de “risco compartilhado”, quando a atividade mineira de responsabilidade estatal não tem para onde se expandir. Assim posto, podemos concluir por hora que as transnacionais definem a estrutura econômica de mineração no país.

No caso do Equador, Pablo Dávalos aponta que os gastos fiscais para consolidar os apoios eleitorais e, logo, a popularidade presidencial, o partido de Correa, *Alianza País* está aumentando consideravelmente sua dívida externa, servindo agora como “catalisadora política” (Dávalos, 2012, p. 41). O autor destaca que esta situação se assemelha à vivida no final dos anos 70, fazendo com que o país dependa ainda mais de um “extractivismo más feroz com la minería abierta a gran escala, los biocombustibles y la ampliación de la frontera petrolera” (Ibid.).

Pablo Stefanoni adianta que, nos últimos anos, com os governos chamados de pós-neoliberais,⁴ reativou-se uma ilusão desenvolvimentista, ainda que nacionalista, alentada pela

² Simon Patiño acumulou sua fortuna a partir da extração e importação do estanho, na Bolívia. Conta-se que o personagem da Disney “Tio Patinhas” foi inspirado nesse boliviano, que controlava o mercado mundial de estanho à época.

³ Processo de extração de uma substância presente em componentes sólidos através da sua dissolução num líquido. É um termo utilizado em vários campos da ciência, mas, de modo geral, usa-se para indicar qualquer processo de extração ou solubilização seletiva de constituintes químicos de uma rocha, mineral, depósito sedimentar, solo, etc.

⁴ Referimo-nos aqui fundamentalmente aos casos de Venezuela, Bolívia e Equador.

abertura de novas oportunidades econômicas e pelas demandas de *commodities* do mercado externo (Stefanoni, 2010). O autor defende a premissa de que não dá para pensar em neodesenvolvimento em países periféricos que não tiveram seu desenvolvimento efetivado, destacando ainda que as vantagens que se podem extrair do *neodesenvolvimentismo* são a interdependência estabelecida nos países que defendem as mesmas ideias de nacionalização – como acontece na Bolívia no Equador e na Venezuela, que dependem economicamente e de maneira direta dos recursos naturais – assim como a conservação da boa relação entre seus governantes. Nesse contexto há, também, uma explosão da demanda mundial de minerais, que pode ser relacionada às diversas razões, como o crescimento econômico dos países Índia e China e como o incremento do uso do ouro como “valor-refúgio” da crise econômica internacional, assegurando nichos de acumulação de capital, um acertado debate trazido por William Sacher e Alberto Acosta (2012). Partimos da hipótese sugerida por Svampa e Antonelli (2009) de que os conflitos recentes sobre megamineração acendem um debate em três dimensões: ambiental, sócio-econômica e política.

3 Bolívia, Equador e os “Novos” Modelos Econômicos-Produtivos

O tema dos recursos naturais tem estado presente nas demandas dos movimentos indígenas nos países andinos nos últimos anos quando estes percebem sua identidade étnica como povos em um determinado território, assim como sua posição de classe, aprofundando e ampliando sua percepção e luta política (Albó, 2009).

As necessárias transformações no padrão de desenvolvimento capitalista intensificaram a dependência cultural. Porém, com o surgimento de alguns movimentos sociais que “também colocaram um projeto simultâneo de lutas pela autonomia das etnias, pela libertação nacional, pelo socialismo e pela democracia” (González Casanova, 2006, p. 397) há uma demanda pela descolonização pela via democrática. Na cena contemporânea, algumas correntes e pensadores afirmam ocorrer uma *guinada decolonial*, principalmente com a eleição de alguns governos autodenominados pós-neoliberais, de discurso nacionalista, que recuperam também, ao menos nessa instância, a participação dos povos originários na vida política dos países.

Nesses exemplos apresentados como alternativos ao capitalismo, os movimentos sociais tomam força, é exaltada a produção comunitária, a recuperação da institucionalidade, mas sem romper com o sistema vigente. O reformismo caracteriza esses projetos políticos que essencializam um etapismo, a necessidade de desenvolvimento seguindo fases evolutivas típicas da sociedade europeia, colaborando para o que eles mais dizem criticar, a construção de um novo regime semicolonial. É um conceito fundamental para entender os limites de um projeto nacionalista, que mesmo com elementos antiimperialistas, não modifica as bases materiais de opressão, encobrendo a reestruturação do sistema capitalista aos moldes específicos de exploração no subcontinente.

A Bolívia protagoniza importantes momentos políticos no subcontinente relacionado ao extrativismo mineiro. Em 1952, após a revolução nacional⁵, criou-se a Corporação Mineira da Bolívia, a COMIBOL. Em 1954, vive-se seu auge, quando mais de 80% da produção das minas era nacionalizada (Petropress, 2012, p. 23). Porém, desde a abertura neoliberal intensificada em 1980 com as privatizações, o setor mineiro também é afetado de forma direta. Mineiros meridionais (entre eles o ex presidente Gonzalo Sánchez de Lozada que chegou a ser dono da *Companhia Mineira do Sul* - COMSUR) contribuíram com essa entrega das minas ao setor privado. Enfim, em 1985, privatizou-se e liquidou-se a COMIBOL, deixando um saldo de 40.000 bolivianos

⁵ Neste ano, Víctor Paz Estenssoro assumiu a Presidência com o apoio da grande massa. Apesar de vitorioso nas eleições de 1951, Estenssoro – do Partido Nacionalista MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) – foi impedido de assumir o poder, visto que o então presidente Urriolagoitía realizou um autogolpe em contrapartida à decisão tomada pelas bases do partido de Estenssoro de não agir de acordo com os interesses do capital estrangeiro. Significativas alterações ocorreram depois do levante popular que não admitiu o golpe, com a oficialização do voto universal e a inserção de indígenas na vida econômica e política da sociedade (Justo, 2007).

desempregados. Na década de 1990, só alastrou-se o desmantelamento da mineração nacionalizada; a COMIBOL somente administrava contratos e não mais fazia parte da cadeia produtiva do país, segundo a nova legislação respaldada por governos igualmente pró-imperialistas.

Assim, as jazidas ou campos mais ricos passaram às mãos de capitais estrangeiros, por meio de contratos de “risco compartilhado”. Outros foram entregues às cooperativas mineiras, que recolocaram no mercado de exploração uma pequena parte dos mineiros desempregados. Neste período particular, tornou-se muito difícil conseguir trabalho nas minas, acarretando no impulso do plantio de coca como fonte de renda, dando origem a outro tipo de campesinato, os *cocaleros*. Nas palavras do vice-presidente García Linera (apud Stefanoni, 2010, p. 116), Evo Morales corporifica um governo que simboliza o fim de um horizonte de possibilidades restrito à subordinação dos indígenas.

De acordo com a Constituição de 1967, aplica-se ao país a chamada “democracia pactuada”, um acordo entre os partidos que visava à distribuição de cargos, não sendo necessário atingir a maioria absoluta dos votos para se chegar à Presidência. Quando não se chegava a essa maioria, o Congresso escolhia entre os três mais votados (ou entre os dois mais votados, a partir de 1993) quem assumiria o cargo presidencial. Foi uma premissa que continuou vigente até a promulgação da nova Constituição Política do Estado, sancionada em 2009.

O modelo neoliberal seguia vigente desde mais de 20 anos, até que, em 2003, as lutas pela nacionalização do gás, também dos campos de petróleo e dos hidrocarbonetos estimularam uma continuidade de lutas antineoliberais, formando uma forte demanda por nacionalizações, assim como pelo reconhecimento da plurinacionalidade do país. Segundo Durán Gil, o Estado estava à beira de um colapso, a “democracia liberal” contava com baixo índice de participação e os partidos não conseguiam representar as maiorias empobrecidas. A repressão aos movimentos reivindicatórios só aprofundou “a crise de representação partidária, da democracia neoliberal e da crise do Estado” (Durán Gil, 2008, p. 168). Pablo Regalski analisa que junto com a ascensão do primeiro indígena à Presidência na América Latina, houve um processo de “recomposição do sistema político e a recuperação da confiança de uma grande massa do povo nas instituições da democracia burguesa” (2007, p. 76).

O contexto latino-americano em que Morales e Correa são eleitos é marcado por suceder um ciclo de presidências identificadas com o neoliberalismo – que vão desde o governo militar de Pinochet, no Chile, até os governos eleitos no Brasil, Argentina, Venezuela, Bolívia, Equador e Colômbia desde a década de 1990 até o início dos anos 2000. Morales comporá um novo e heterogêneo bloco de presidentes cujos governos são portadores de uma retórica antineoliberal e se apresentam como progressistas. Entre esses novos líderes, Evo Morales e Rafael Correa despontam com um discurso que prima pela revalorização de preceitos comunais, de raiz indígena, que destacam a necessidade de “adequar” o sistema político econômico capitalista para a América Latina.

Assim, o “viver bem” aparece nos discursos desses governos andinos, sobretudo em momentos rituais e predominantemente em atuações voltadas ao exterior. Como se vê no documento do governo boliviano apresentado à ONU, em 2009, intitulado “El vivir bien como respuesta a la crisis global”. No texto, menciona-se a existência de espíritos que vivem nos animais, plantas, pedras e água, que se contactam com os humanos. As mudanças climáticas teriam sido previstas nas profecias dos ancestrais. Caberia às nações indígenas, no caso representadas pelo governo boliviano, mostrar ao mundo a solução para a crise e para recuperar a saúde da Mãe Terra (Gobierno de Bolivia, 2009, p. 132-133). O documento defende que a partir das comunidades soberanas e autodeterminadas serão definidas políticas públicas para construir o “Viver Bem”. Segundo Salvador Schalvezon,

O “Viver Bem” na Bolívia, o “Bom viver” no Equador, *Suma Qamaña* em aymara, e *Sumak Kawsay* em quechua, é um termo incorporado recentemente na linguagem política dos povos e do Estado, que faz referência a uma cosmovisão onde o homem se integra a seu

entorno, com a Pachamama e outros seres não humanos a partir da reciprocidade, a complementariedade, e não a competição típica do capitalismo, resumida na fórmula de [buscar] “Viver Melhor” (2012, p. 45, *tradução nossa*).

Ainda no documento à ONU, o governo boliviano anuncia que se baseará na soberania das comunidades e ayllus, garantindo a realização de consultas prévias e vinculantes, além da revogabilidade de delegados nos níveis centrais do Estado, a partir das assembleias de base (Gobierno de Bolivia, 2009, p. 170). Antes disto, a “cidadanização” da Pachamama esteve presente nos debates que resultaram no texto da nova Constituição e na Lei de Direitos da Mãe Terra, de dezembro de 2010.

Porém, pouca coisa muda efetivamente com essa emergência contra-hegemônica no subcontinente. Pablo Stefanoni ressalva que:

(...) sem desmerecer as rupturas efetivas, estas políticas democratizantes representam de alguma forma um aprofundamento das reformas implementadas nos anos 1990, no marco do projeto neoliberal, que promoveram uma série de inovações institucionais como a municipalização do país (eleição popular de prefeitos e autonomia financeira dos municípios) por meio da Lei de Participação Popular, a eleição de deputados uninominais e o reconhecimento do caráter pluriétnico, multicultural e plurilíngue do país. Assim, foi eleito o primeiro vice-presidente aymará: Víctor Hugo Cárdenas⁶ (Albó, 1994). Essas “oportunidades políticas” foram aproveitadas por camponeses e indígenas que começaram a ocupar prefeituras e, mais tarde – massivamente – bancadas no Congresso (Stefanoni, 2010, p. 118).

Com essa afirmação, o autor admite que, mesmo vivenciando um novo tipo de democracia, o MAS não traz consigo somente novidades e, no seu quadro de governo, poucos são indígenas, uma mistura existe entre o “entorno blancóide” e a subordinação à militância através de organizações populares rurais e urbanas⁷ (Ibid., p. 119).

Particularmente na Bolívia, no setor mineiro, em 2011, bateram-se todos os recordes de exportação, que chegaram a \$US 3,448 bilhões, restando, todavia, apenas 12,7% do valor dos minerais exportados ao país, como investimento público (Petropress, 2012). Contudo, a presença do Estado nesse setor não supera, há anos, a marca dos 10% do valor total das exportações mineiras do país, mesmo havendo uma nova Constituição desde 2009⁸ que visa à nacionalização dos recursos naturais. O próprio código mineiro (reformado no atual governo, mas que mantém a normativa da lei de 1997) prevê que a COMIBOL tenha como missão a administração da cadeia produtiva da mineração, não estando como principal papel o controle das principais minas exportadoras (Petropress, 2012).

A partir desse referencial, nos perguntamos quais as diferenças entre o modelo neoliberal e o modelo implantado com a nova constituição do Estado Plurinacional da Bolívia com Evo Morales e o MAS? Não temos novamente uma legislação orientada para o favorecimento das exportações controladas pelas transnacionais?

Para o intelectual e vice-presidente Álvaro García Linera, os últimos conflitos entre o Estado e os movimentos sociais serão resolvidos de maneira que a maioria legitime os interesses que sejam comuns e democraticamente aceitos, dentro das particularidades culturais e étnicas bolivianas. Quanto à questão da industrialização e do extrativismo, principal fonte de renda do país, junto com a defesa da “mãe terra”, ou seja, a luta do interesse comum entre o interesse corporativo são tensões

⁶ Víctor Hugo Cárdenas foi vice-presidente no governo de Sánchez de Lozada em seu mandato de 1993-97, quando houve significativas privatizações de empresas estatais.

⁷ Pablo Stefanoni também chama esta ação política de “cidadania mediada”.

⁸ Em vigor desde 2009, a nova Constituição tinha como objetivos dar expressão às reivindicações dos movimentos sociais; democratizar o Estado; defender os recursos naturais; romper com o modelo colonial, republicano e neoliberal; e fundar o Estado Unitário Social de Direito Plurinacional e Comunitário (Asamblea, 2008, p. 2).

que o evismo enfrenta cotidianamente, pautadas por interesses conflituosos que não podem ser resolvidos imediatamente mediante uma hegemonia mundial capitalista.

O caso equatoriano também merece destaque pelas mudanças políticas que vem experimentando nos últimos anos, dentre essas mudanças, a nova carta magna que legisla sob o Estado agora Plurinacional referindo-se à presença de diversas nacionalidades e povos, em vigor desde 2008.

Passado o período de intensa instabilidade entre governos que estiveram no poder, onde em uma década nenhum presidente conseguiu cumprir seu mandato, acontece o triunfo eleitoral do economista Rafael Correa, que primeiramente havia ocupado o cargo de ministro no governo de Alfredo Palacio⁹ (Larrea, 2006). Desde a sua primeira eleição, em 2006, sob o projeto que leva o nome de “revolução cidadã”, Correa apresentou-se com um discurso que aparentemente rompia com os ditames e imposições imperialistas, respondendo a um precedente de lutas e resistência indígena frente ao modelo capitalista concentrador. O fato do anterior presidente não ter cumprido muitas de suas promessas eleitorais, como a convocatória para se elaborar uma nova constituinte, favoreceu consideravelmente para que Rafael Correa se colocasse diante de uma demanda por mudanças efetivas no país.

O Plano de Governo proposto pela *Alianza País* 2007/2011, que buscava reativar a economia equatoriana, se aproximava de uma política neokeinesiana aliada a programas sociais emergenciais, que não conflitavam seriamente com os interesses dos grandes grupos de empresários, apesar de suas primeiras ações no governo demonstrarem quebra com os tratados de livre comércio vigentes e novos impulsos em setores produtivos como o petróleo (incluindo a renegociação de contratos com Venezuela e Chile) e, claro, a convocação da Assembleia Constituinte (Unda, 2006).

No ano de 2009, Correa confirma seu favoritismo e aprovação popular e é reeleito como presidente ainda no primeiro turno, em que também os equatorianos que vivem fora do país (principalmente na Espanha) puderam votar. Neste segundo mandato, o discurso presidencial continua pautado na promoção do desenvolvimento nacional. Contudo, em sua chegada ao governo, Correa não obteve apoio dos movimentos sociais indígenas, o que se explica pelo fato de os representantes de movimentos sociais serem deixados de fora de várias convocatórias e de consultas como para a nova Assembleia Nacional Constituinte, não participando, assim, da elaboração das leis que estabeleceriam mudanças que lhes afetariam de forma direta (Larrea, 2006). Os “responsáveis” por abrir caminho para a prometida “*Revolução Cidadã*” não participariam de sua elaboração oficial.

Apesar de a nova constituição vigorar desde 2008 sob o primeiro mandato de Correa, foi em 2009 que passou ter validade a nova lei de mineração, fato que gerou um dos maiores conflitos entre o governo e os indígenas. O principal motivo é que, entre outras práticas anticonstitucionais, também foi posta, sem a realização da consulta prévia aos povos originários, representados pela Confederação dos Povos Indígenas do Equador, a CONAIE, um conselho de nacionalidades indígenas do país, criada em fins da década de 1980. Indo de encontro ao art. 71 da Constituição de 2008 do Equador, que trata dos direitos da “Pachamama”, a falta de consulta aos povos indígenas, moradores das áreas afetadas pela extração de minérios em grande escala, desrespeita o direito de autodeterminação, mesmo em sua interpretação fixada na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, OIT.

Sacher e Acosta (2012, p. 19-20) apontam que a criação de uma empresa mineira estatal como peça central de intervenção e gestão nesse setor. A ENAMI (Empresa Nacional Minera) foi, então, criada em fins de dezembro de 2009, buscando sociedade com empresas estrangeiras com experiência no setor, como as empresas estatais da Coreia, Sul da África, Chile e China. Porém, o

⁹ O governo de Alfredo Palacio, que era vice de Lúcio Gutiérrez, se deu durante os anos de 2005 a 2007 depois que o último foi deposto do cargo através de lutas populares, conforme citado anteriormente, segundo Gallegos e Minteguiaga (2007).

governo de Correa descumpriu com o que estava determinado na lei de mineração, silenciando sobre os seguintes pontos, ainda de acordo com Sacher e Acosta:

Entre los principales incumplimientos podemos anotar:

- No se revirtieron todas las concesiones al Estado tal como disponía el Mandato Minero;
- No se dio paso a la extinción –sin compensación económica alguna– de las concesiones mineras que en número mayor a tres habían sido otorgadas a una sola persona natural o jurídica y a sus empresas vinculadas; se mantiene el acaparamiento y el monopolio, base de la especulación minera;
- No se han extinguido las concesiones de ex funcionarios de los Ministerios de Recursos Naturales, Energía y Minas, y Minas y Petróleos (2012, p. 19-20).

É característica dos governos de Morales e Correa promover uma ligação direta entre a renda extrativista e a política social, em favor da recuperação do papel do Estado como grande impulsionador da economia. A economia de um empreendimento mineiro depende da produção, do valor dessa produção (em que intervém o preço dos minerais) e o custo dessa produção, incluindo os impostos. Logo, se o Estado subsidia a extração, via empresas estrangeiras, é por que faz parte de seu interesse beneficiá-las; resta saber que tipo de desenvolvimento está emergindo a partir da indústria extrativista contemporânea.

Assim como o MAS, que tem desenvolvido uma variante de capitalismo que alia setores populares e frações burguesas (agora oriundas também da capital La Paz e não mais somente da região da Meia Lua), a *Alianza País* aposta nas novas frações burguesas vinculadas ao capitalismo em escala global, incluindo as que fazem fortuna a partir dos polos de mineração em grande escala, responsáveis por uma devastação ambiental e cultural praticamente irreparável.

Sacher e Acosta (2012, p. 10) assinalam ainda que Rafael Correa é o primeiro presidente a apostar na mineração como atividade estratégica para o modelo econômico do país como financiamento de obras públicas, sem medir os custos sociais e ambientais recorrentes. Diante da tendência à queda da taxa de lucro, que acompanha o capitalismo, assim como perante às pressões decorrentes da crise capitalista, cresceu, nos últimos anos, a busca por nichos de especulação para assegurar altas taxas de acumulação de capital, sendo a América Latina um dos principais alvos.

Enquanto o lítio parece ser uma promessa de explosão no mercado de minerais, a Bolívia permanece estreitando relações com empresas coreanas. No Equador, tem ocorrido um consórcio com a sul-coreana *Incheon Free Economic Zone* (IFEZ) que, no país, adota o nome quéchua “Yachay”, que pretende desenvolver paralelamente uma universidade mundialmente reconhecida, um polo de investigação e desenvolvimento tecnológico em busca do produtivismo no país. Correa tem utilizado de um “populismo tecnocrático” para fazer alianças com essas empresas estrangeiras, incluindo também a China, que pretende avançar no projeto de tornar-se um novo império com o controle de todas as matérias primas do mundo (Sacher e Acosta, 2012; Stefanoni, 2013).

4 Conclusões: uma continuidade do neoliberalismo?

A situação de rompimento com os partidos políticos existentes até então e a demanda popular-nacionalista se somaram de maneira particular a uma intensa onda contra-hegemônica observada na América Latina. A crise capitalista, desencadeada em meados de 2008, abre um cenário de tensões entre governos eleitos em oposição ao neoliberalismo e os movimentos que neles depositaram esperanças. Apesar da retórica anti-neoliberal, os governos que sinalizaram um giro à esquerda no subcontinente, muitas vezes utilizaram o controle temporário sobre os movimentos sociais para aprofundar determinadas reformas iniciadas anteriormente. Os partidos MAS e *Alianza País* atuam conformando o conflito de interesses entre os povos (cocaleros, indígenas, mineiros) e a transformação dos mesmos em uma grande fonte de cargos e de carreira política. Compartilham de uma não ruptura real com o capital estrangeiro representado pelas empresas extrativistas, atuando

em prol de um contexto político estável, acalmando os movimentos contestatórios com as “falsas nacionalizações”¹⁰.

É necessário que esses países que vivem um período de reprimarização da economia avancem na industrialização de minerais e deixem de ser unicamente exportadores de matéria prima bruta. Trata-se de recuperar a soberania sob os recursos naturais. Os atuais códigos que regulamentam a extração de minerais no país continuam a privilegiar o setor privado. O sistema de concessões foi substituído pelos contratos de mineração, mas permanecem respeitando os direitos adquiridos pelas transnacionais nos anos em que se foi implantado o neoliberalismo. Já, para facilitar o traslado de minerais e de energia ao norte, se está implementando em toda América Latina o grande projeto da Iniciativa para a Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americana (IIRSA), que conta com o financiamento público oriundo também dos governos brasileiro e venezuelano, que visa garantir a implantação de obras de danosos impactos ambientais e sociais, bem como o favorecimento a grandes grupos econômicos, respondendo às necessidades de matérias primas e recursos diversos para uma fração burguesa privilegiada (Boito Jr., 2006; Ceceña, 2007).

Formalmente a IIRSA foi formulada na I Cúpula Sul-Americana, realizada em 2000, como uma instância regional aglutinadora dos projetos de infraestrutura no subcontinente. Segundo Zibech (2006), este projeto aprofunda as distâncias entre os países latino-americanos no mercado mundial. Seu exemplo é justamente a relação entre Brasil e Bolívia. Os planos para o último é que se converta em país distribuidor de gás e energia e de trânsito, com cinco eixos de “integração e desenvolvimento” que unem Pacífico e Atlântico. Como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é um dos principais financiadores do IIRSA, o governo brasileiro impõe suas condições nestas obras, beneficiando sobretudo a Petrobrás e empreiteiras (Zibechi, 2006, p. 5-6).

Ceceña nos aponta o grande interesse estratégico dos governos na IIRSA, visto que está localizada na região do mundo que possui as maiores riquezas em termos de biodiversidade, água e oxigênio, e com enormes reservas de recursos energéticos e de quase todos os minerais, desenhando novas fronteiras internas para o Sul do continente (Ibid., p. 17-18). São sessenta e quatro projetos de infraestrutura fluvial, de ferrovias, hidrelétricas e transporte de energia que cruzam o subcontinente, dos quais cerca de vinte cruzarão os países andinos e vários já se encontram em plena construção. Como a IIRSA era prevista para ser executada em uma década, em agosto de 2009, foi “reeditada” pela União das Nações Sulamericanas (UNASUL), com a criação do Conselho de Infra-estrutura e Planejamento (Cosiplan).

Os países da América Latina passaram por situações de instabilidade política refletidas em constantes destituições presidenciais, golpes e na conseqüente falta de credibilidade do sistema partidário vigente e da representação política como um todo. Peña e Lillo (2009) ressaltam que este contexto de exclusão dos setores populares e de busca por novos espaços em defesa do ideário democrático facilitou a abertura e aparecimento de movimentos sociais e novos líderes no cenário político. Os casos boliviano e equatoriano se assemelham por trazerem também a ideia de estabelecer vários tipos de propriedade e nacionalizar setores chaves da economia (Peña e Lillo, 2009, p. 80-81). Contudo, ressaltamos que essas nacionalizações têm ocorrido, na prática, de forma parcial, com pagamento de indenizações e com medidas que convertem o Estado em sócio das multinacionais.

Os principais conflitos entre os movimentos sociais (incluindo decisivamente o movimento indígena) e os governos latino-americanos hoje se devem ao crescimento da temática dos recursos naturais e da expansão de projetos que visam facilitar a extração e/ou transporte de matérias primas, muitos deles já em andamento. A produção mineira estatal latino-americana é praticamente

¹⁰ Expressão utilizada por Fernando Mayorga (2006) para tratar especificamente do caso boliviano, para fazer menção à lei dos hidrocarbonetos de 2005, que estabelece uma combinação entre a propriedade estatal e propriedade privada (livre comercialização dos hidrocarbonetos a partir do aumento dos impostos sobre as empresas petrolíferas). Contudo é um conceito que pode ser adaptado para outras realidades latino-americanas.

marginal em relação à importância que possui a mineração transnacional, fato consolidado com as novas constituições de Bolívia e Equador. A tese do capitalismo andino-amazônico revela seus limites diante da manutenção da base do modo de produção capitalista e dos vínculos com as potências imperialistas, apesar dos atritos pontuais. Esta tese é caracterizada por Boris Marañon-Pimentel como uma:

Recomposição social dos setores burgueses dominantes, estimulando o fortalecimento da burguesia indígena, deixando intocadas as bases da acumulação capitalista: a propriedade privada dos meios de produção, a persistente orientação exportadora da economia, baseada na exploração de recursos naturais e, principalmente, na flexibilização do mercado de trabalho (2012, p.134, *tradução nossa*).

No Equador, segundo Dávalos (2013) o extrativismo tem sido justificado pelo “sonho equatoriano”, ou seja, os recursos da renda extrativista vêm financiando o desenvolvimento e em especial os gastos do governo para com os setores sociais vulneráveis como saúde e educação. Em outro debate, o autor indica que o que a *Alianza País* fez com a história é imperdoável, por desperdiçar energias que poderiam resultar em transformações importantes em um projeto narcisista pela própria imagem (Dávalos, 2012).

Para o marxismo, o Estado Plurinacional não é um novo Estado, pois possui um caráter de classe definido e este segue sendo burguês e semicolonial. Quanto ao regime político, as medidas de “cidadanização” das massas indígenas mostraram seus limites quando se manifestaram os inevitáveis choques entre a grande propriedade capitalista e as demandas das nacionalidades originárias. Nestes momentos, os direitos constitucionais foram deixados de lado e voltou à cena política o velho recurso à repressão e criminalização. O caso da tentativa da construção da rodovia no TIPNIS, na Bolívia é bastante ilustrativo. Sendo assim, apesar das alterações nas relações entre classes e frações de classe no interior do Estado burguês, percebe-se que não se problematizou a questão da socialização dos meios de produção, a despeito de determinadas falas, sobretudo do governo boliviano, sobre o socialismo comunitário. O máximo a que se chegou, em relação a isto foram as nacionalizações parciais, que recusaram a via da expropriação, garantindo indenizações e parte da propriedade nas mãos das multinacionais.

Os elementos nacionalistas que aparecem nos discursos dos presidentes Morales e Correa revelam a manutenção de tarefas democráticas não resolvidas pelas burguesias latino-americanas, sobretudo a de soberania nacional, controle de riquezas e matérias primas, desenvolvimento pleno do capitalismo, autodeterminação das nacionalidades indígenas, dentre outras. Diante da etapa imperialista, esgotaram-se as possibilidades de que estas tarefas sejam resolvidas nos marcos do capitalismo. Por isso, aparecem como elementos que reforçam ilusões, pois acompanham projetos que não modificam as bases materiais de opressão e encobrem a reestruturação do sistema capitalista nos moldes específicos de exploração no subcontinente. Essa recaptura do nacionalismo por parte de alguns governos latino-americanos está vinculada a uma resposta a um sistema de exploração, mesmo que tais contestações por muitas vezes não questionem as raízes desse sistema.

Os países citados parecem não ter se libertado do modelo clássico extrativista que, há mais de 500 anos, nos delega a uma devastação social e ambiental e nos submete a uma dependência econômica como países exportadores de matérias primas. Países também ricos em recursos naturais esgotáveis, de baixa industrialização e onde se travam conflitos constantes entre movimentos indígenas e governos.

Referências

- ALBÓ, Xavier. *Movimientos y poder indígena en Bolivia, Ecuador y Perú*. La Paz: CIPCA, 2009.
ALCOREZA, Raúl Prada. *Miseria de la geopolítica*. Crítica a la geopolítica extractivista, 2012.
Disponível em: <<http://www.rebellion.org/docs/157961.pdf>> Acesso em: 20/05/2013.

ASAMBLEA CONSTITUINTE DE BOLIVIA. *Nueva Constitución Política del Estado*. Congreso nacional, 2008. Disponível em: <<http://www.presidencia.gob.bo/download/constitucion.pdf>> Acesso em: 01/05/2013.

BOITO JR., Armando. A burguesia no Governo Lula. Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. *CLACSO*, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C07Boito.pdf>> Acesso em: 29/06/2013.

CECEÑA, Ana Esther. et al. *Territorialidade de la dominación: la Integración de la Infraestructura Regional Suldamericana (IIRSA)*, 2007.

CENTRO DE DOCUMENTACIÓN E INFORMACIÓN BOLIVIA (CEDIB). 2014. Disponível em: <http://www.cedib.org>. Acesso em: 07/09/2014.

DÁVALOS, Pablo. *Alianza Pais: Requiem por un sueño*, 2012. Disponível em: <<http://alainet.org/images/ALIANZA%20PAIS%20Requiem%20por%20un%20sue%C3%B1o.pdf>> Acesso em: 25/02/2013.

_____. *No podemos ser mendigos sentados en um saco de oro: Las falácias del discurso extractivista*, 2013. Disponível em:

<http://alainet.org/images/Las%20falacias%20del%20extractivismo_PD.pdf> Acesso em: 15/07/2013.

DONGHI, Tulio Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DURÁN GIL, Aldo. Bolívia: Duas revoluções nacionalistas? *Perspectivas*. Revista de Ciências Sociais. UNESP, 2008. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1457/1160>> Acesso em: 09/05/2013.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GALLEGOS, F. Ramírez; MINTEGUIAGA, Analía. El nuevo tiempo del Estado: la política posneoliberal del correísmo. *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO*, 2007. Disponível em:

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal22/D22RamirezGMInteguiaga.pdf>> Acesso em: 06/05/2013.

GARCÍA LINERA, Álvaro. El evismo: lo nacional-popular en acción. *Revista OSAL*, Observatorio Social de América Latina, VII, n. 19, 2006, p. 25-32,. Disponível em:

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/linera.pdf>> Acesso em: 10/04/2013.

GOBIERNO DE BOLIVIA. *El Vivir Bien como respuesta a la Crisis Global*, 2009. Disponível em: <[http://www.un.org/esa/socdev/unpfi/documents/Presentation%20by%20Govt%20of%20Bolivia%20\(Spanish\).pdf](http://www.un.org/esa/socdev/unpfi/documents/Presentation%20by%20Govt%20of%20Bolivia%20(Spanish).pdf)> Acesso em: 29/03/2013.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, A., AMADEO, J., GONZÁLEZ, S. (Orgs.). *Teoria Marxista Hoje*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. CLACSO, 2006.

JUSTO, Liborio. *Bolívia, la revolución derrotada: del Tahuantisuyu a la insurrección de abril de 1952 y las masacres de mayo y setiembre de 1965: raíz, proceso y autopsia de la primera revolución proletaria en América Latina*. 3 ed. Buenos Aires: RyR, 2007.

LARREA, Ana María. Encuentros y desencuentros: la compleja relación entre el gobierno y los movimientos sociales en Ecuador. *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO*, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal21/Larrea.pdf>> Acesso em: 26/06/2013.

MARAÑÓN-PIMENTEL, Boris. Hacia el horizonte alternativo de los discursos y prácticas de resistencias descoloniales. Notas sobre la solidaridad económica en el buen vivir. In: MARAÑÓN-PIMENTEL, Boris (Coord.). *Solidaridad económica y potencialidades de transformación en América Latina*. Una perspectiva descolonial. Buenos Aires: CLACSO, 2012.

- MAYORGA, Fernando. El gobierno de Evo Morales: entre nacionalismo e indigenismo. *Revista Nueva Sociedad*, n. 206, 2006. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3390_1.pdf> Acesso em: 13/03/2013.
- PEÑA Y LILO, Julio E. Procesos constituyentes en el mundo andino. Bolivia y Ecuador en perspectiva comparada. *Revista OSAL*, X, n. 25, 2009. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal25/06pena.pdf>>. Acesso em: 20/06/2013.
- PETROPRESS. *Revista de análise e informação sobre políticas públicas em recursos naturais, indústrias extractivas y medio ambiente*. Cochabamba: CEDIB, 2012.
- REGALSKY, Pablo. Bolívia na encruzilhada: o governo de Morales e a política indígena. *Revista Outubro*, n. 15, 2007, p. 45-78.
- SACHER, Willian; ACOSTA, Alberto. *La minería a gran escala en Ecuador*. Análisis y datos estadísticos sobre la minería industrial en el Ecuador. Ediciones Abya-Yala e Fundación Rosa Luxemburgo, 2012. Disponível em: <<http://www.rosalux.org.ec/attachments/article/498/mineria-ec.pdf>> Acesso em: 15/07/2013.
- SCHAVELZON, Salvador. *El nacimiento del estado plurinacional de Bolivia: etnografía de una Asamblea Constituyente*. La Paz: CLACSO, 2012. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/coediciones20130214112018/ElnacimientoodelEstadoPlurinacional.pdf>> Acesso em: 15/02/2013.
- STEFANONI, Pablo. Governo Evo Morales: permanências, mudanças e desafios. *Revista Lutas Sociais*. NEILS: São Paulo, n.24, 2010.
- _____. Ni Caracas ni La Habana... ¡Seúl! Corea en los Andes. *El desacuerdo*, n. 1, 2013. <http://pt.scribd.com/doc/154541212/Ni-Caracas>. Acesso em: 18/07/2013.
- SVAMPA, Maristella; ANTONELLI, Mirta. *Minería Transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales*. Buenos Aires: Biblos, 2009.
- UNDA, Mario. Región Andina. Ecuador: un momento de definiciones. *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO*, 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal21/Unda.pdf>. Acesso em: 23/06/2013.
- ZIBECHI, Raúl. *IIRSA: la integración a la medida de los mercados*. 2006. Disponível em: <www.ircamericas.org> Acesso em: 28/05/2013.

Artigo recebido em: Setembro/2013.

Artigo aprovado em: Janeiro/2014.

Jórisa Danilla Nascimento Aguiar (jdanillaaguiar@hotmail.com) é doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande.

Soraia de Carvalho (soraiadecarvalho@hotmail.com) é doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande.